

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL**REQUERIMENTO Nº __, 2023**

(das Sras. Erika Hilton, Daiana Santos, Talíria Petrone e Benedita da Silva)

Requer a realização do 1º Seminário “Lélia Gonzalez” de Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres.

Senhora Presidente,

Requeremos, com base no artigo 24, XIII combinado com 32, VIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do 1º Seminário “Lélia Gonzalez” de Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas da Câmara dos Deputados, **com o tema: Mulheres Negras e Políticas para um Novo Brasil**, a ser realizado conjuntamente entre as Comissões de Defesa dos Direitos das Mulheres, da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Legislação Participativa, de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, de Educação, de Cultura, de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Ciência, Tecnologia e Inovação, todas da Câmara dos Deputados, e com a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, nos dias 12 e 13 de julho de 2023.

Para a realização do referido seminário, destacamos os convites aos seguintes colaboradores:

- I. Anielle Franco - Ministra da Igualdade Racial
- II. Margareth Menezes - Ministra da Cultura
- III. Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente
- IV. Luciana Santos - Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação
- V. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
- VI. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
- VII. Isadora Brandão - Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
- VIII. Sueli Carneiro - Geledés Instituto da Mulher Negra
- IX. Vilma Reis -
- X. Leci Brandão - Deputada Estadual de São Paulo



- XI. Fátima Bezerra - Governadora do Rio Grande do Norte
- XII. Vidas Negras com Deficiência Importam
- XIII. Irmandade da Boa Morte
- XIV. Fórum Nacional de Travestis e Transexuais, Negros e Negras (FONATRANS)
- XV. Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa)
- XVI. Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)
- XVII. Instituto Mariele Franco
- XVIII. Fundação Lauro Campos e Mariele Franco
- XIX. ONG Criola
- XX. Instituto Odara
- XXI. Instituto Alziras
- XXII. Mulheres Negras Decidem
- XXIII. Fundação Rosa Luxemburgo
- XXIV. Conectas Direitos Humanos
- XXV. Iniciativa Negra Por Direitos
- XXVI. Movimento Mães de Maio
- XXVII. Associação Rosas Negras de São Sebastião
- XXVIII. Movimento Negro Iadalin
- XXIX. Marcha das Mulheres Negras
- XXX. Movimento Negro Unificado (MNU)
- XXXI. Bianca Santana - Coalizão Negra por Direitos
- XXXII. UNEAFRO



JUSTIFICATIVA

No próximo dia 25 de Julho, a celebração do Dia Internacional das Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas completará seus 31 anos. A data reúne os pontos focais de emergência das lutas das mulheres negras, afrodiáspóricas, amefricanas, colocando a superação do racismo e do sexismo como agendas centrais para erradicação das violências e da invisibilidade das pautas que norteiam a política econômica, social, cultural e de representação política do país.

Este seminário denomina-se “Lélia Gonzalez” em homenagem à filósofa, antropóloga, professora, militante do movimento negro e feminista precursora da “amefricanidade” como conceito para se pensar a experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e a experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial. Lélia, nas palavras de Sueli Carneiro, é responsável por identificar essa dupla identidade, ser mulher e ser negra, com horizonte próprio de luta. Sendo assim, a escrita acadêmica-militante de Lélia imprime um norte político para todas as mulheres negras do Brasil na redefinição do Brasil do Futuro.

Lélia Gonzalez tornou-se responsável por escancarar na academia, nos partidos políticos, no movimento negro e em toda a sociedade brasileira a maneira como as relações de gênero e raça são estruturantes e propulsionadoras do status de sub-cidadania das mulheres negras na sociedade brasileira, que ainda persiste, conforme as atualizações dos índices de violência, de morte e da fome no país.

São os lares das mulheres negras os mais afetados pela fome e pela insegurança alimentar, 21,2% deles têm insegurança alimentar moderada ou grave e outros 25,6% possuem insegurança alimentar leve, de acordo com um estudo realizado em Salvador por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA).¹ São fatores preponderantes para a insegurança alimentar, a renda e a escolaridade. Tem-se também dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, que atestam que, quando o recorte é a cor da pele, 64% dos domicílios chefiados por mulheres pretas ou pardas sofrem com insegurança alimentar e 18,1% passam fome.²

¹ Ver mais:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/lares-de-mulheres-negras-sao-mais-afetados-por-inseguranca-alimentar>> Acesso em 19/06/2023.

² Ver mais: <<https://projeto colabora.com.br/ods1/a-cara-do-fome-no-brasil-e-uma-mulher-negra/>> Acesso em 19/06/2023.



No nosso contexto social de profunda desigualdade, é preciso notar ainda que a média da renda de mulheres negras, em todos os níveis de escolaridade, não chega a 60% da renda de homens brancos.³ Proporcionalmente, na categoria de trabalho com melhor remuneração e no ranking salarial de todas as ocupações, os homens brancos estão no topo. Estes são dados que Lélia já denunciava em sua obra, a partir dos quais o gênero e a raça ditam a desigualdade de renda e o nível de acesso a qualquer ocupação profissional e exercício de direitos fundamentais.

O grau de violência às quais as mulheres negras estão submetidas reflete-se nos dados sobre violência doméstica, feminicídio, violência política e nas questões de acesso à terra e nos efeitos do racismo ambiental, como também; são as mulheres negras que enfrentam os efeitos e consequências dos altos níveis de racismo religioso, o apagamento epistemológicos e a violência urbana, com severos efeitos psicológicos sobre a saúde - contra os quais o Estado de Direito tem sido omissor em dar suporte, uma denúncia importante que movimentos como as Mães de Maio estão fazendo em diversas instâncias institucionais e comunitárias.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 destaca uma possível subnotificação do feminicídio de mulheres negra, pois “*A diferença racial nas vítimas de feminicídio é menor do que a diferença nas demais mortes violentas intencionais. 37,5% das vítimas de feminicídio são brancas e 62% são negras. Nas demais mortes violentas intencionais, contudo, 70,7% são negras e apenas 28,6% são brancas.*”. Um demonstrativo das imbricações do racismo mesmo após diversas negações de direitos, haja vista que mesmo as mulheres negras sendo mortas pela condição de mulher, ainda são excluídas da categoria do feminicídio ao colocar-se o crime dentro da categoria de homicídio doloso, o que parece ser diferente em casos das estatísticas das mulheres brancas.⁴

A sobrerrepresentação de mulheres negras vítimas de feminicídio, segundo o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, está em 2 mulheres negras vítimas a cada 3 mortes por feminicídio.⁵ No mesmo sentido, dados levantados pelo Instituto Igarapé, em 2020, no sistema DATASUS, do Ministério da Saúde, demonstram no período de 20 anos (do ano de 2000 a 2020), houve o aumento de assassinato de mulheres pretas e pardas em 45%, enquanto o feminicídio de mulheres brancas diminuiu 33% no período analisado.

³ Ver mais: <<https://www.generonumero.media/reportagens/homens-brancos-topo/>> Acesso em 14/06/2023.

⁴ Ver mais: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>> Acesso em 14/06/2023.

⁵ Ver mais: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>> Acesso em 14/06/2023.



Temos que, em 2020, as mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no Brasil, sendo 67% dos casos notificados, dos quais 61% são de mulheres pardas e 6% pretas.⁶

Essas estatísticas corroboram para a necessidade de analisar os níveis de violência sob uma lente de raça, para além das questões de gênero. Em geral, as mulheres negras são a base da pirâmide socioeconômica, tendo menos acessos a serviços especializados e redes de suporte, possuindo baixa autonomia financeira, além de sofrerem com a revitimização e com racismo do Estado nos aparelhos de acesso à justiça, sendo, em muitos casos, desencorajadas a denunciar as violências que sofreram - o que as colocam como menos propensas a romper com o ciclo da violência e sofrerem com o feminicídio.

Por isso, a demanda por um orçamento e por políticas públicas sensíveis a gênero e raça devem orientar acompanhamento dos tomadores de decisão e dos representantes políticos, subsidiados por dados coletados pelos organismos da sociedade civil e pelas instituições governamentais, na elaboração legislativa, nos programas e projetos, bem na discussão político-administrativa da estrutura e os processos de adoção do orçamento público são tão importantes para enfrentar a violência. Coloca-se como central enfrentar, prevenir e erradicar as violências contra as mulheres, centralizando o racismo, sexismo e as questões de classe, sempre elaborando de forma transversalizada às vulnerabilidade interseccionais de território, idade, inclusão de pessoas com deficiência, grau de escolaridade e orientação sexual e identidade de gênero.

Considerando-se, a partir dos acúmulos dos debates raciais sobre promoção de políticas públicas para negros e negras, inauguramos, de certo modo, um olhar sobre transversalidade e intersectorialidade que articula o combate ao racismo não como mecanismo seletivo das lentes de análise ou ator subsidiário dos mecanismos de monitoramento, mas com o status robusto de marcador social sem o qual não se produz qualquer análise, monitoramento, avaliação e política pública para o Brasil. Um demonstrativo das inovações políticas, das estratégias e aportes teórico-militantes para as principais agendas sociais, que garante o enfrentamento das desigualdades em todos os níveis e esferas de poder são raízes profundas nas principais lutas dos nossos tempos, que o movimento de mulheres negras tem produzido. Conforme Vilma Reis ensina, as mulheres negras estão sendo ponta de lança na desmascaração do mito da democracia racial, no enfrentamento das batalhas por cotas raciais e pelas políticas afirmativas pro povo negro, nos concursos públicos e nas universidades públicas.

⁶ Ver mais:

<<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/11/mulheres-negras-sao-vitimas-de-quase-7-em-cada-10-feminicidios-no-brasil.ghtml>> Acesso em 14/06/2023.



As desigualdades latentes no Brasil possuem raça designada. O racismo organiza e mantém a estrutura econômica, social e política dentro do nosso país, como demonstra-se pela qualificação profissional, pelos postos de trabalho e níveis educacionais da população negra, como também no acesso à habitação e moradia digna.

A tragédia climática, que se repete a cada ano no Brasil, pode ser considerada muito mais do que um acidente da natureza, a exemplo das chuvas que atingiram o litoral norte de São Paulo, quem mais sofre com eventos climáticos extremos como esse são as mulheres negras e indígenas, em especial as mães solas, com falta de habitação digna, em áreas consideradas de risco, além de menos infraestrutura, com deficiência de água e eletricidade. Por isso, as mulheres negras discutem pautas múltiplas e complexas, fazendo denúncias importantes sobre os efeitos e as consequências de uma transição energética, das mudanças climáticas, do racismo ambiental e das adaptações climáticas. Nesse sentido, as mulheres negras possuem uma agenda de desenvolvimento econômico, de enfrentamento às mudanças climáticas e mitigação do racismo ambiental que precisa estar nas mesas e fóruns de decisão.

No debate sobre saúde, estudos revelam que a mulher negra possui o pior acesso à qualidade de atendimento em saúde, como reflexo de um racismo institucional e sistêmico. Nessa discussão tão importante, o enfrentamento e as políticas de prevenção à mortalidade infantil, diabetes e a hipertensão, que afetam fortemente as mulheres negras, além das consequências da anemia falciforme, muito comum entre o grupo, por condicionar ao maior risco de abortamento indesejado e complicações durante o parto, devem ser pontos focais de formulações da saúde das mulheres negras. Sobre a mortalidade materna e da violência obstétrica são desafiadores os índices, em debate no Parlamento, a Comissão Especial sobre Violência Obstétrica e Morte Materna afirmou que as mulheres negras, indígenas e de baixa renda são as maiores vítimas.⁷

Os desafios são muitos, primeiro de se construir o direito à vida para si e para os seus familiares, com espaços capazes de acolher as demandas sociais das mulheres negras em suas multiplicidades, com a dignidade como eixo central e o bem-viver como finalidade. Seja na perspectiva das lutas diárias, como transporte público e ao meio ambiente, caracterizado no direito à cidade, na defesa do ir e vir livre de violências, até a defesa do campo, da agricultura familiar e dos territórios negros. É na esteira do enfrentamento ao genocídio do povo negro, na luta pela liberdade religiosa e contra o racismo religioso, reorganizando a periferia, as favelas, as comunidades, os quilombos, o povo negro do campo e da cidade para debater gestão e administração público, os

⁷ Ver mais:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/954260-debatedores-dizem-que-mulheres-negras-e-pobres-sao-maiores-vitimas-violencia-obstetrica/>> Acesso em 14/06/2023.



avanços e desafios, o feminicídio e a LGBTQIfobia contra os corpos negros, que as mulheres negras tem transformado o Brasil.

É também nas escolas, nas universidades e nos laboratórios de ciência que a educação antirracista tem produzido pertencimento, organização por direitos e enfrentamento à invisibilização da cultura afrodiaspórica e denunciado o epistemicídio da produção intelectual negra, sem retroceder no ativo político-cultural da oralidade, das danças, da alimentação e das danças.

As mulheres negras são indispensáveis, portanto, no processo de tomada de decisão no país, produzindo na articulação política e na agenda pública importantes discussões sobre direitos, sejam para os povos tradicionais, pela educação básica e pelo ensino superior, na saúde pública, pelos direitos das mulheres e no combate ao racismo. Entende-se que os mecanismos institucionais são pontes importantes de enfrentamento das mazelas que enfrentam o povo negro, sem esquecer que as conquistas e mobilizações produzidas nos seios do movimento de mulheres negras, por meio da coletividade, são as engrenagens e métodos essenciais de produzir política participativa, democrática e tutelada pelo horizonte político do bem-viver, do enfrentamento ao racismo e ao sexismo, exigindo fim das desigualdades.

Sendo também as mulheres negras as principais interlocutoras, denunciando e freios às políticas que visam aumentar a violência, a austeridade, a fome e o desemprego, que no geral, recaem sobre os grupos mais vulnerabilizados como as mulheres, as pessoas negras, as LGBTQIA+, além da população pobre e periférica. Este seminário mostra-se fundamental para se pensar o espaço público, a participação popular e as prioridades de luta por cidadania, bem-viver e enfrentamento à violência do Estado.

Nove mulheres negras foram eleitas para o Congresso Nacional neste ano, que terá 94 mulheres no total.⁸ Um importante marco de enfrentamento à cultura histórica de sub-representação que recai sobre as mulheres negras brasileiras. Contudo, é um dado que denuncia os defeitos e entraves que nossa democracia possui, haja vista a

⁸ Ver mais:

<<https://midianinja.org/news/bancada-feminina-negra-tera-oito-mulheres-na-camara-dos-deputados/>>
Acesso em 14/06/2023.



proporcionalidade díspar entre o maior grupo demográfico do país, no qual as mulheres negras são 28%, e sua chegada a maior casa legislativa do país.

As respostas do Estado permanecem insuficientes, exigindo permanente esforço de superação e ação política. Por isso, esse encontro da luta ancestral das mulheres negras movimenta e reposiciona os temas da agenda pública, as pesquisas acadêmicas e os dados relativos aos índices de violência. Nesse sentido, objetiva aglutinar o movimento de mulheres negras, as organizações e coletividades, com o desafio de refletir, desbravar e solucionar, coletivamente, as relações sociais e políticas que são estruturadas pelo racismo e pelo sexismo.

Logo, o objetivo principal deste seminário é demonstrar e reunir a agenda política que as mulheres negras, de diferentes territórios, movimento sociais e expertises tem para um novo Brasil, com o intuito de tornar-se ou ampliar a agenda pública dessas reivindicações e soluções para a crise democrática, econômica e social num país que estrutura-se pelo racismo e pela sexismo.

Nesse sentido, contamos com as nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em _____ de junho de 2023

Deputada ERIKA HILTON - PSOL/SP

Deputada BENEDITA DA SILVA - PT/RJ

Deputada TALIRIA PETRONE - PSOL/RJ

Deputada DAIANA SANTOS - PCdoB/RS





Requerimento para realização ou participação em Seminário ou outros Eventos (Da Sra. Erika Hilton)

Requer a realização do 1º
Seminário “Lélia Gonzalez” de Mulheres
Negras Latino-americanas e Caribenhas da
Câmara dos Deputados, em conjunto com
a Comissão de Defesa dos Direitos das
Mulheres.

Assinaram eletronicamente o documento CD232474182800, nesta ordem:

- 1 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE

